

EDcl no RECURSO ESPECIAL Nº 1.620.680 - PR (2016/0217133-1)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
EMBARGANTE : SERGIO DE OLIVEIRA GOMES
ADVOGADO : LEANDRO ISAIAS CAMPI DE ALMEIDA E OUTRO(S) -
PR028889
EMBARGADO : ITAU UNIBANCO S.A
ADVOGADOS : LAURO FERNANDO ZANETTI - PR005438
BRUNA DA CUNHA DELALIBERA E OUTRO(S) - PR066957

DECISÃO

Cuida-se de embargos declaratórios opostos em face da decisão de fls. 860/861 e-STJ, que negou provimento ao recurso especial.

A parte embargante sustenta que a decisão é omissa. Afirma que, quando suscitou ofensa ao art. 535 do Código de Processo Civil de 1973 por parte do acórdão estadual, se referiu à ausência de exame, por parte da Corte de origem, dos temas da ausência de justa causa e ensejar a cobrança de tarifas bancárias; ilegalidade das Resoluções do BACEN que permitiam ao cobrança das tarifas; e quanto à existência de impugnação às cláusulas que autorizam a cobrança das tarifas.

Sem razão, entretanto. Os próprios trechos dos acórdãos, transcritos pela embargante nas razões de recurso especial, demonstram que houve pronunciamento da Corte de origem quanto a tais questões. A pretensão suscitada pela parte da embargante, no recurso especial, na verdade, não era de integração, mas de infringência, já que discordou da solução dada pelo Tribunal estadual às questões suscitadas na apelação. Assim, não se vislumbra a existência de nenhuma omissão por parte da decisão embargada.

À luz do exposto, rejeito os embargos declaratórios.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora